



MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICAS DE IGUALDADE RACIAL

56ª Reunião Ordinária

Conselho Nacional de Políticas de Igualdade Racial (CNPIR)

24 de novembro de 2016

**BRASÍLIA-DF
2016**

1 1.Ao vigésimo quarto dia de novembro de dois mil e dezesseis, reuniu-se no Auditório da Secretária
2 de Planejamento e Formulação de Políticas da SEPPIR, SEPN Quadra 514, Bloco C, Lote 8, Asa
3 Norte, Brasília/DF, o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial da Secretária de
4 Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República – CNPIR/SEPPIR/PR, para
5 a sua quinquagésima sexta Reunião Ordinária com a participação dos seguintes Conselheiros e
6 Conselheiras representante de entidades da Sociedade Civil, **no biênio 2015 – 2016: Adeildo**
7 **Araújo Leite, (titular) – MNU; Arilson Ventura (titular) – CONAQ; Dandara Tonantzin Silva**
8 **Castro (titular) – ENEGRECER; Henoc Pinto Neves (titular) – Tikuna Içaense; José Carlos**
9 **Silva (titular) – CEDRO; Milton Santos (suplente) – Rede Afro LGBT; Nuno Coelho de**
10 **Alcântara Júnior (titular) – APN's; Patrícia Tolmasquim (titular) - CONIB; Ana Cristina dos**
11 **Santos Duarte (suplente) – UGT; Iêda Leal de Souza (titular) – CUT; Kátia Cristina Favilha**
12 **(suplente) – MDS; Andrey Roosewelt Chagas Lemos(suplente) – MS; Marco Aurélio de**
13 **Moraes Vasconcelos (titular) – Ministério das Cidades; Luiz Carlos de Lima (titular) –**
14 **Ministério da Integração Nacional; Ana Karyna Barros Sobral (titular) – MPOG; Carolina**
15 **Conceição Nascimento (suplente) – FCPalmares; Maria Auxiliadora Lopes (suplente) – MEC;**
16 **Carlos Alberto Ricardo Junior (titular)-SDH/PR; Claudio Luiz Pinheiro da Silva (suplente) –**
17 **ME; Dra Silvia Cerqueira (Notório saber); Pedro Marcos de Castro Saldanha (titular) –**
18 **MRE; Bruno Tetê (PP Afro); Manoela Dutra Macedo (titular) – Casa Civil; Ubiraci matildes**
19 **de Jesus (titular) – FNMN; Vera Lúcia Lourido Barreto (suplente) Secretaria de Governo;**
20 **Maria do Rosário Cardoso (suplente) – MPOG; Antônio Carlos Basílio (suplente) – INATES;**
21 **Uallid Rabah (titular) FEPAL; Dr. Edvaldo Brito (Notório Saber); David Raimundo Santos**
22 **(titular) – EDUCAFRO; Dandara Lucas Pinho (Notório Saber); Daniela Marques (titular) -**
23 **MJ. A Secretária da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR**
24 Luislinda Valois, declarou aberto os trabalhos saudando a todos os presentes, apresentou a
25 Secretária Executiva Gabriela Cruz e pediu para que todos os Conselheiros realizassem uma breve
26 apresentação. A Conselheira Ubiraci Matildes – Fórum Nacional de Mulheres Negras (.....) pediu
27 uma questão de ordem, o qual foi concedida pela Presidente Luislinda Valois, solicitando para que
28 fosse apresentada a equipe da SEPPIR tendo em vista a nova gestão, assim como Plano de trabalho
29 da Secretária Luislinda Valois, ressaltando que o Conselho já teria várias ações aprovadas e
30 discutidas ao longo deste mandato. A Conselheira Dandara Tonantzin Silva – Enegrecer, também
31 solicitou uma questão de ordem concedida pela Presidente, e avaliou que primeiramente pudesse ser
32 apresentada a equipe da SEPPIR, pelo fato de ser uma nova gestão, enfatizando que ainda não havia
33 sido feito este momento. A Presidente Luislinda Valois acatou o pedido, e pediu para que cada
34 componente da mesa pudesse se apresentar primeiramente. Sendo eles Renata Mello – Secretária de
35 Políticas para Comunidades Tradicionais (SECOMT), Juvenal Araújo – Assessor Especial, Gabriela
36 Cruz – Gerente de Projetos da Secretaria de Políticas de Ações Afirmativas (SPPAA), Clever Alves
37 Machado – Chefe de Gabinete e Bruna Lopes, Assessora de Gabinete e por último a Secretária
38 Luislinda Valois, enfatizando que com simplicidade era somente Luislinda. Logo após a
39 apresentação da mesa, foram feitas as apresentações dos Conselheiros, iniciando pelas novas
40 representações dos notórios saberes, seguido pelos Conselheiros da Sociedade Civil e dos
41 Governamentais. Nas apresentações dos Conselheiros, foram ressaltados pontos importantes como a
42 luta contra o racismo e discriminação racial, o efetivo diálogo entre sociedade civil e governo.
43 Assim como a importância de reconhecer o Conselho como parte estruturante da SEPPIR e não um
44 órgão a parte, enfatizando que o CNPIR deve cumprir com o seu papel de órgão consultivo,
45 deliberativo e de controle social. Ao final das apresentações a Presidente Luislinda Valois, ressaltou
46 que ao longo dos 06 meses, não houve reuniões devido as dificuldades encontradas no processo, e
47 que apresentaria o Plano de Trabalho no início dos trabalhos há tarde. A Presidente verificou a
48 existência do quórum para o início dos trabalhos. O Conselheiro Nuno Coelho de Alcântara –
49 APN's, solicitou a Secretária Executiva, que pudesse apresentar quem eram os suplentes que
50 assumiram a titularidade devido a renúncia de algumas entidades, para posterior votação das
51 matérias. Após a verificação do quórum suficiente, deu-se início aos trabalhos com a leitura da Ata
52 anterior para considerações e aprovação. Iniciaram-se as considerações da Ata da 55ª reunião

53 ordinária, e a Conselheira Patrícia Tolmasquim - CONIB, pediu para que fosse retificado a inclusão
54 da letra (s) no seu nome na página dois, e na página três, pediu também que fosse inserida a sua fala
55 e a fala do Cigano Carlos Calon, tendo em vista que sofreram uma agressão verbal nesta reunião,
56 por parte da representante da AMNB senhora Raimunda Nilma de Melo Bentz. A conselheira
57 Patrícia, também ressaltou ter feito o pedido formalmente da cópia do áudio através de ofício para a
58 SEPPIR na época, e que ainda não recebeu a gravação, enfatizando que a fala havia sido cortada na
59 Ata 55°, e que as reuniões são públicas. A conselheira Ieda Leal - CUT pediu para corrigir e
60 substituir o nome do representante e função, tendo em vista que foi ela que participou da reunião, ao
61 invés de Rosana Aparecida Silva. O conselheiro Milton Santos, pediu para trocar o nome do
62 representante, tendo em vista que ele não participou da reunião, e que foi a conselheira Ana Cristina
63 dos Santos Conceição que esteve presente na última reunião sendo ela a titular no Conselho. A
64 Secretária Executiva Gabriela Cruz, considerou que, quem havia elaborado a Ata da 55° reunião, foi
65 o antigo Secretário Executivo, Sr. Mario, e que o mesmo havia passado a ata no dia anterior a
66 presente reunião. A Presidente Luislinda Valois, enfatizou que com o atraso na entrega da ata, a
67 leitura prévia e as discussões ficaram prejudicadas pedindo assim, um pouco de paciência. A
68 conselheira Dandara Tonantzin Silva - Enegrecer, destacou que na página dois na sexta linha, onde
69 consta que a reunião passada foi a quinquagésima quinta reunião ordinária, portanto, esta seria a
70 quinquagésima sexta reunião sendo que na convocatória recebeu a presente reunião como
71 quinquagésima quinta, pediu para corrigir a ata e convocação. A conselheira Dandara, também
72 pediu destaque em todos os encaminhamentos realizados devido a importância deles e de um
73 acúmulo que tiveram ao longo de todo ano de trabalho, salientando que foram três reuniões
74 inclusive debatendo a conferência e também a proposta do conselheiro Nuno do encontro nacional
75 de conselheiros. Após as considerações para as correções da ata 55°, a ata foi aprovada por
76 unanimidade e ficou decidido entre o pleno, que as ressalvas seriam feitas nesta presente ata. O
77 Conselheiro Nuno Coelho de Alcantara - APN's, sugeriu que fosse supridos os informes e que se
78 entrasse direto na ordem do dia com inversão da pauta levando o item B a ser discutido antes do
79 item A, enfatizando que seria pertinente a inversão para discutir a agenda e realizar
80 encaminhamentos pendentes para deliberação do pleno. A Presidente Luislinda Valois, colocou em
81 votação o presente pedido. A Secretária Executiva Gabriela Cruz, leu a ordem do dia, com os itens a
82 serem discutidos; “Eu vou fazer a leitura da ordem do dia, então fazendo a inversão da pauta, item
83 b, prorrogação dos mandatos dos conselheiros da sociedade civil por mais três meses. Leitura do
84 edital do processo de eleição das representações da sociedade civil para o biênio 2017/2019, aí a
85 gente faz a ratificação do biênio. Indicação dos representantes da sociedade civil para compor a
86 seleção e nós também gostaríamos de sugerir um item que não está na pauta que é a retomada da
87 comissão para o prosseguimento do projeto da IV CONAPIR”. O Representante Notório Saber Sr.
88 Edvaldo Pereira Brito, indagou da concordância da inversão da pauta, pois a aprovação do mandato
89 só teria cabimento, após a leitura do edital, com a finalidade de dar conhecimento ao Colegiado e
90 ver a sua previsão. Ressaltou a importância do edital, e a legitimidade do conselho no período de
91 2014 até o final de 2016. Destacou que, caso houvesse uma acefalia no conselho seria assim
92 pertinente. A Presidente Luislinda Valois, concordou com a ponderação do Notório Saber Sr.
93 Edivaldo Brito.

94 A Conselheira Dandara Castro- Enegrecer, manifesta-se dizendo que no presente ponto de debate,
95 que é a prorrogação do mandato dos conselheiros e conselheiras da sociedade civil por mais três
96 meses, destacou que todos haviam acabado de ler e aprovar uma ata que falava da prorrogação de
97 mais um ano deste mandato, salientando que então já teve a prorrogação dos mandatos. Ressaltou
98 que já haviam debatido na reunião passada que, mediante a aprovação da IV CONAPIR, mediante
99 a instalação de uma comissão que debateria o formato, a inscrição, o edital dessa conferência,
100 precisaríamos de prorrogar este mandato por mais, pelo menos, um ano. A Conselheira Dandara
101 diz: “Neste ponto de pauta eu estou querendo dizer que nós acabamos de ler e aprovar uma ata que
102 nós ampliamos o mandato por mais um ano, prorrogamos, então eu acho que é redundante nós

103 debatermos por mais três meses porque nós já aprovamos uma ata que prorroga por mais um ano”.

104 O Conselheiro Nuno Coelho - Agentes Pastorais Negros, ressalta que em relação aos pontos a serem
105 incluídos na pauta, é de suma importância à inclusão do regimento interno do Conselho, que ainda
106 encontra-se em processo de finalização através de uma comissão de regimento interno que necessita
107 concluir seus trabalhos.

108 A Presidente Luislinda de Valóis, disse que esta questão era prioritária, porque gastou-se muito
109 dinheiro para elaborar esse documento e não se fez praticamente nada. Ressaltando que, tendo em
110 vista o gasto com o dinheiro público, esse era um ponto crucial que encontrou dentro da SEPPIR,
111 acatando assim o pedido de inclusão de pauta sugerido pelo Conselheiro Nuno Coelho.

112 A Conselheira do Ministério da Justiça Sra. Daniela pediu uma questão de ordem, e destacou que
113 em relação a questão da prorrogação do mandato dos Conselheiros, sendo ela da consultoria jurídica
114 do ministério da justiça, e deixando claro que não gostaria de confundir sua posição de conselheira
115 com a da consultoria jurídica. Ressaltou que, a questão de prorrogação foi submetida a consultoria
116 jurídica um dia anterior a presente reunião no final da tarde, e ainda estava pendente de avaliação
117 jurídica quanto a possibilidade. Disse que não anteciparia qualquer análise, mas poderia dizer, que
118 da prorrogação dos mandatos, seja no decreto, porque há a previsão de possibilidade de recondução,
119 mas de não de prorrogação. Deixando claro que o debate da questão deveria ser subordinado à
120 avaliação quanto à viabilidade disso. Ressaltou que, não manifestou-se quando da ata da reunião
121 anterior porque não estava presente, então não participou dessa discussão. A Secretária Luislinda,
122 ressalta que a questão estava pendente porque aguardava a terminologia jurídica. O Conselheiro
123 Notório saber Dr. Edivaldo Brito, pediu uma questão de ordem, e disse que era uma questão jurídica
124 e que o teor do edital era fundamental para análise da prorrogação ou recondução.

125 A Presidente do CNPIR Luislinda de Valois, disse que diante dessas ponderações, coloca a matéria
126 em votação para ver o que o pleno decide. Ressaltando que de um modo geral, a questão de não
127 inverter a pauta, precedia porque o edital daria um norte e um roteiro processualístico de como
128 proceder.

129 O Conselheiro Milton – Rede Afro LGBT, destacou que a ata, havia sido votada anteriormente, e
130 que a prorrogação foi aprovada, então isso era válido. E que diante de uma questão jurídica, existia
131 a possibilidade da não aprovação da não prorrogação do mandato. Enfatizou que então não
132 precisaríamos tratar de prorrogação por três meses, e que deveríamos tratar do regimento interno,
133 que o regimento interno daria os direcionamentos.

134 O Conselheiro Notório Saber Dr. Edivaldo Brito, ressaltou que o que estava escrito na ata, após
135 várias intervenções, é que o pleno votou por unanimidade a recondução do mandato do atual
136 conselho por mais um ano. Ressaltou que a colega conselheira Dra. Daniela estava lembrando que
137 não é ato do conselho, mas ato da presidência da república por meio do decreto, e não é nenhum
138 decreto isolado, é decreto regulamentado, e que é o decreto do presidente da república que
139 disciplina a nossa vida, então não poderíamos ir além.

140 O Conselheiro Sr. Ualiid Hunssein Ali Mohd Rabah - FEPAL, pediu uma questão de ordem e
141 ponderou que, o conselheiro do Notório Saber Sr. Edivaldo, colocou que haveria uma prejudicial, e
142 na verdade não compreendeu dessa maneira. Ualiid disse que não havia de modo algum a

143 prejudicialidade porque a leitura do edital e do processo de eleição de representações da sociedade
144 civil, poderia acontecer de um jeito ou de outro, por um mandato prorrogado ou não prorrogado.
145 Ressaltou que a questão posta de fato, é que se já haveria uma decisão, um entendimento aprovado
146 pela unanimidade na reunião ordinária anterior, de “prorrogação do mandato” por recondução e, se
147 isso está sob exame, então não se trataria de discutir o próprio ponto de pauta pois ele já estava
148 prejudicado. O Conselheiro deixou aberta a questão para a opinião dos demais colegas.

149 A Conselheira Dandara - ENEGRECER, pediu para completar dizendo que o parecer jurídico era de
150 suma importância para definição do processo de prorrogação ou recondução pois a ata já havia sido
151 aprovada para recondução de um ano. A Conselheira enfatizou que não via motivo, de nesta reunião
152 indicar representantes para compor a nova comissão de seleção da eleição sem o parecer jurídico.

153 A Conselheira do Ministério da Justiça Dra. Daniela Marques, manifestou-se dizendo que não
154 poderia antecipar nada, pois o processo estava em análise e não havia sido instruído
155 adequadamente, pois faltavam elementos a serem juntados no processo, como o processo do edital
156 seletivo anterior, a ata de prorrogação, e que estava tomando conhecimento nesse momento que
157 havia a deliberação de prorrogação pelo Pleno. Ressaltou que teria que discutir juridicamente no
158 Ministério da Justiça através da Consultoria Jurídica - CONJUR. Ressaltou que a princípio, o que
159 está previsto no decreto, seria a possibilidade de recondução, e não a possibilidade de prorrogação,
160 e que seria pelo mesmo prazo do mandato anterior. Enfatizou que a matéria havia sido encaminhada
161 as vésperas da reunião, e sem elementos para uma análise adequada. A Presidente do CNPIR
162 Luislinda Valois, ressaltou que havia recebido a ata no dia anterior da reunião, por volta das 19
163 horas, ficando assim difícil os encaminhamentos e análise do conteúdo.

164 A Conselheira Dandara Castro – ENEGRCCER, sugeriu que retomassem a discussão para próxima
165 reunião, pois até lá, já teríamos o parecer da Consultoria Jurídica do Ministério da Justiça.

166 A Presidente do CNPIR Luislinda Valóis, colocou em votação o pedido da Conselheira, achando a
167 solução mais viável.

168 O Conselheiro Nuno Coelho - APN'S, colocou que, se houvesse possibilidade de recondução, o
169 colegiado estaria encaminhando e concordando a pauta para próxima reunião, já que o regimento
170 diz que as nossas reuniões são a cada dois meses, que a nossa reunião daqui a dois meses venha
171 com o item de pauta já definido. Ressaltou ainda que, estávamos com débito de três reuniões, e que
172 temos um planejamento a concluir. Enfatizou que temos um planejamento no conselho, com pautas
173 que são da gestão anterior, e não estávamos dando conta de resolver e nem de cumprir, e que o
174 Regimento havia sido encaminhado para análise da Casa Civil, e que a Comissão aguarda uma
175 resposta.

176 A Conselheira Kátia Favilla do MDSA, disse que não era da área jurídica, mas lendo o regimento
177 interno que temos hoje, no artigo dez, parágrafo primeiro ele trata de resoluções que refere-se a
178 deliberações a cerca de medidas de caráter interno do CNPIR. Então, no seu entendimento era
179 possível que o pleno do conselho decida por prorrogação. Ressaltou que com relação à recondução
180 dos membros e o prazo, e com relação a ata da última reunião, dizia que o pleno voltou por
181 unanimidade a recondução do atual conselho pelo período de um ano, mas nesse mesmo artigo
182 décimo, no parágrafo quarto, diz que as deliberações do CNPIR tem que ser publicadas no diário

183 oficial para ter validade no prazo de trinta dias, então se essa deliberação não havia sido publicada,
184 ela não teria validade, portanto, teríamos mesmo que fazer essa discussão no Colegiado. A
185 Conselheira Kátia, ressaltou que em seu entendimento, a deliberação realizada pelo Pleno, não foi
186 publicada no diário oficial.

187 A Secretária Luislinda ressaltou que a deliberação não foi publicada, e por isso disse desde o início
188 estava pautando que era uma questão jurídica, e não poderia abrir mão, do que era jurídico.

189 A Conselheira Ubiraci Matildes de Jesus – Fórum Nacional de Mulheres Negras, ponderou que na
190 ordem de inscrição, poderia remeter esse ponto para a próxima reunião, ressaltando como uma
191 questão objetiva. Ressaltou que no processo de condução da IV CONAPIR, a equipe da SEPPIR
192 pudesse respeitar a autonomia do Conselho como Órgão de controle social. A Conselheira enfatizou
193 de não haver inversão de papéis no Conselho, e também somou a importância de separar as
194 divergências no que tange à questões pessoais, que caso houvesse questões pessoais, as mesmas
195 teriam de ser tratadas fora desse contexto através de uma audiência na SEPPIR.

196 A Secretária Luislinda, ressaltou não haver nenhuma questão pessoal, e que seu intuito era somente
197 resolver, as questões pendentes do Colegiado.

198 A Presidente do CNPIR Luislinda Valois, sugeriu suspender os trabalhos e retomá-los após o
199 almoço, assim que todos os inscritos terminassem suas ponderações.

200 A Conselheira Patrícia Tolmasquim – Confederação Israelita do Brasil, relatou uma questão sobre o
201 regimento, disse que foi membro da comissão, e que trabalharam muito no regimento. Ressaltou
202 que o regimento foi aprovado, e que o mesmo seria encaminhado para publicação, só não foi por
203 conta da junção dos ministérios, e que ficamos nessa pendência e de tudo que aconteceu depois.
204 Enfatizou que estava trazendo isso, para resgatar uma memória, e para que não ficasse parecendo
205 que a gestão anterior não fez alguma coisa. Disse que trabalharíamos em um edital, que fosse
206 condizente com o regimento. Nesse sentido a Conselheira Patrícia, concordava com a inversão da
207 pauta.

208 O Conselheiro Marcos Vasconcelos do Ministério das Cidades, manifestou-se dizendo que as
209 deliberações da recondução ou prorrogação através de resoluções, teriam que ser publicadas, e a
210 ordem do dia não alteraria os fatores.

211 Ao iniciar os trabalhos no período da tarde, a Secretária Luislinda, ponderou que o Assessor
212 Especial, Juvenal Araújo Junior, manifestou o desejo do grupo em chegar a um consenso, pedindo
213 então que o Colegiado apresentasse a proposta.

214 O Conselheiro Ualiid Hussein, manifestou-se dizendo que o Assessor Especial Sr. Juvenal tomou a
215 iniciativa sábia de conduzir o processo para esse consenso, e o que a secretária cita e as
216 considerações seriam basicamente: a prorrogação já deliberada anteriormente, a ausência da
217 publicação e a necessidade dela. Enfatizou que essas análises, os levou a concluir que é necessário
218 uma reflexão a esse respeito, considerando inclusive que haveria algumas percepções que não
219 coincidem integralmente quanto ao período para essa prorrogação, que em uma reunião
220 extraordinária a ser definida para no máximo até o dia 20 de dezembro, teríamos uma situação
221 concreta.

222 A Secretária Luislinda, abriu as falas para definição de datas para reunião, que em discussão com o

223 Pleno, ficou definida para 13 e 14 de dezembro de 2016.

224 A Secretária Executiva Gabriela Cruz, ressaltou que juntaria todos os documentos para análise
225 jurídica e posterior decisão.

226 A Conselheira Dandara Tonantzin – ENEGRECER, resalta que tiveram dois pontos de pauta que
227 foram sugeridos de suma importância, um é a comissão da IV CONAPIR e a outro é o Regimento
228 Interno do CNPIR, que o Conselheiro Nuno propôs retomar e debater.

229 A secretária Executiva Gabriela Cruz, falou que a questão do regimento também dependeria do
230 resultado jurídico, pois para formar a comissão e dar prosseguimento nos trabalhos, seria importante
231 o resultado na análise para prosseguir com os trabalhos das Comissões. A Conselheira Dandara
232 Tonantzin – ENEGRECER, ressaltou que a ponderação sobre a comissão, da IV CONAPIR seria
233 consenso, pois seria preciso saber do entendimento de como estará o conselho no próximo período,
234 mas que sobre o regimento interno que o Conselheiro Nuno colocou mais cedo como proposta de
235 pauta, ela achou que era muito importante debater a situação do regimento na presente reunião.

236 O Conselheiro Nuno Coelho – APN'S, ressaltou que era membro da comissão do regimento
237 interno, e que a comissão se debruçou, fez todas as ponderações e sugestões de reforma do
238 regimento, e que o regimento interno do CNPIR era de 2003. O Conselheiro ressaltou que o
239 regimento foi trazido ao pleno, que foi discutido em duas reuniões plenárias, ponto a ponto, e foram
240 aprovadas e foram substituídas algumas sugestões que a comissão havia feito naquela ocasião.
241 Nuno Coelho ressaltou, que o regimento saiu pronto do plenário do conselho para que a Casa Civil,
242 tanto o regimento quanto o decreto, pudessem fazer a sua avaliação jurídica e aí então publicar ou
243 não. Se não publicasse na íntegra como o pleno aprovou, ele voltaria para a comissão e a comissão
244 faria nova redação ao regimento, e traria novamente ao pleno para análise e decisão. O Conselheiro
245 falou que o referido regimento estaria em algum departamento, e que até onde a comissão
246 acompanhou ele estava na chefia de gabinete para que pudesse caminhar para a Casa Civil, ele já
247 estava pronto para que a Casa Civil, pudesse fazer a avaliação jurídica do mesmo.

248 A secretária Executiva Gabriela Cruz, falou que tendo a presente consideração do Conselheiro
249 Nuno, seria necessário fazer a retomada do processo, e ver onde o regimento parou, e dar um
250 retorno também na próxima reunião extraordinária. A secretária executiva, junto com a Presidente
251 Luislinda, sugeriram averiguar e retomar à comissão para realizar as considerações, caso houvesse
252 a necessidade.

253 A Conselheira Patrícia Tolmasquim, disse que passaria os nomes dos membros que compõe a
254 comissão do regimento interno para que pudessem ficar em contato com os mesmos.

255 O Conselheiro Nuno Coelho, salientou que a retomada do regimento é de fundamental importância
256 inclusive porque lá consta um capítulo novo que não tem nesse atual, que diz inclusive do processo
257 de eleição do conselho, o novo regimento diz, qual é o modelo de eleição do conselho e isso iria
258 ajudar no processo eleitoral.

259 A Secretária Luislinda, entregou aos Conselheiros o Plano de Ação da SEPPIR, conforme a
260 Conselheira Ubiraci Matildes, havia solicitado no período da manhã.

261 A Conselheira Ubiraci Matildes - FNMN, manifestou-se dizendo que o Plano de Ação entregue pela
262 Presidente, estava dentro de toda aquela expectativa de projeto de planejamento do Conselho que

263 haviam discutido na gestão anterior, e agradeceu pela presteza e também por ter aproveitado um
264 trabalho do conselho e das comissões que participaram.

265 Foram discutidos, avanços e desafios em prol da saúde da população negra, e na lei de cotas em
266 concursos públicos e universidades. A Presidente Luislinda de Valois e o Conselheiro Frei David,
267 ponderaram a questão das fraudes e também os encaminhamentos realizados junto ao STF.

268 O Conselheiro Notório Saber Dr. Edvaldo Brito ressaltou sua preocupação com o processo em
269 trâmite que trata sobre o sacrifício de animais, ação essa movida do Rio Grande do Sul. A Secretária
270 Luislinda ressaltou que estava pedindo audiência para tratar o caso, e estendeu convite aos
271 conselheiros que quisessem lhe acompanhar na audiência com o STF.

272 A Conselheira Ana Cristina da União dos Trabalhadores, pediu para deixar registrado, que tiveram
273 várias reuniões com a SEPPIR, e que foi unificado através de um fórum com todas as centrais para
274 implementar a pauta do trabalhador negro no mercado de trabalho. Enfatizou que teve várias
275 reuniões em Brasília e em São Paulo. Disse que fizeram uma reunião na qual projetaram o
276 lançamento de uma campanha da saúde do trabalhador no mercado de trabalho, e tem que estar
277 instituída pelos sindicatos a elaboração da efetivação de fato, no fórum dessas centrais das
278 secretarias de combate ao racismo dessas seis centrais sindicais. Enfatizou a importância da
279 discussão do trabalhador no Conselho, e citou a resolução 746 do CODEFAT, e sua preocupação
280 com as demissões em massa.

281 A Conselheira Dandara Tonantzin – ENEGRECER, fez uma consideração sobre a preocupação com
282 a lei 10.639 frente as reformas na educação, salientando que a lei 10.639 estava em risco diante das
283 reformas no ensino.

284 A Presidente Luislinda Valois ressaltou que já estava com audiência marcada com o Ministro da
285 Educação para tratar do caso.

286 A Conselheira Dandara, também pediu para que agenda da SEPPIR, a agenda da Secretária, fosse
287 compartilhada, e exemplificou que caso fosse pertinente, eles o acompanhariam em suas respectivas
288 regiões, os referidos compromissos públicos.

289 A Presidente Luislinda Valois, ressaltou que estava aberto o convite em suas audiências com o
290 Ministro da saúde e da Educação, caso os Conselheiros quisessem participar deixando-se a
291 disposição.

292 A secretária Executiva Gabriela Cruz, ressaltou que todas as matérias haviam sido votadas por
293 unanimidade nesta reunião, e que as considerações e encaminhamentos realizados pelos
294 conselheiros foram bem vindas, e com o compromisso de devolução das deliberações para a
295 próxima reunião extraordinária. O Pleno decidiu aguardar a análise jurídica da Consultoria Jurídica
296 da Casa Civil, para saber qual a situação normativa do mandato.

297 A Secretária Luislinda, pediu para todos terem cuidado e agilidade na prestação de contas, devido a
298 reunião extraordinária estar próxima.

299 O Conselheiro Henoc Pinto Neves – Centro Artesanatos Tikuna Içaense, afirmou para todos, sua
300 luta junto ao conselho, que já havia pedido em duas reuniões atrás a questão do acompanhamento
301 da PEC 215. Ressaltou que existe um entrave muito grande, porque se ela continuar avançando não
302 vão sobreviver nos territórios indígenas, ressaltou que sustentavelmente, terão um grande impacto.

303 A Secretária Executiva Gabriela Cruz, ressaltou a importância da prestação de contas ser célere,
304 devido a reunião extraordinária já estar próxima, e passou a palavra para Presidente do CNPIR fazer
305 o encerramento da reunião.

306 A Presidente Luislinda Valois ressaltou a todos os senhores Conselheiros do Conselho Nacional de
307 Promoção da Igualdade Racial, que foi uma experiência muito boa, muito gratificante, e que queria
308 contar com a presença de todos na próxima reunião. Agradeceu a todos, e encerrou a sessão,
309 deixando um abraço e um pedido de paz e de união para todos nós brasileiros.